

**HABEAS CORPUS Nº 548.530 - RS (2019/0356717-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : ROGER DE MORAES DE CASTRO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CARLOS PORTO E SILVA - RS022243  
ROGER DE MORAES DE CASTRO - RS082760  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CHRISTIAN SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CHRISTIAN SANTOS, apontando como autoridade coatora a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70083054692.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 24-A da Lei nº 11.340/06, art. 329, § 1º (três vezes) este na forma do art. 70; art. 121, incisos V e VII, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal, na forma do art. 1º, I-A, da Lei 8.072/90, conjuntamente nos termos do art. 69 do Código Penal (e-STJ fl. 12).

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os impetrantes que a prisão do acusado seria desnecessária, pois não o crime de tentativa de homicídio não teria ocorrido, ao passo que os demais ilícitos que lhe foram assestados não ensejariam a sua segregação antecipada.

Defendem, ainda, a possibilidade de substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar, por ter sido alvejado por disparo de arma de fogo na oportunidade de sua prisão, tendo se sujeitado a procedimento cirúrgico e com possibilidade de ser submetido a nova cirurgia.

Alegam, outrossim, a negativa de antecipação da audiência de instrução e julgamento designada para 04/02/2020, a despeito da fragilidade das provas referente ao suposto homicídio tentado e da saúde debilitada do acusado.

Requerem, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade, ou para que lhe seja deferida a prisão domiciliar ou aplicadas medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias, ou, ainda, para que a audiência de instrução seja antecipada.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, exatamente como ocorre no caso em exame. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 32-34):

[...]

*Como já afirmado por ocasião do despacho que indeferiu a liminar postulada, segundo a denúncia, o ora paciente descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência em face de sua ex-companheira, tendo invadido sua residência, ocasião em que foi chamada a Brigada Militar (fato 01).*

*Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, o ora paciente opôs-se à execução de ato legal mediante violência e grave ameaça, quando, após ter saído da casa de sua ex-companheira dirigindo um veículo VW Voyage, descumpriu ordem de parada da Brigada Militar que chegava ao local para atender o pedido de socorro, tendo seguido em fuga e usado de violência ao mirar seu veículo na direção da viatura 11.546 e atingir os policiais Vanessa dos Santos Pinto, Mônica Machado Souza e César Giovani Barcellos Lucca, sendo necessários disparos de arma de fogo contra o veículo para pará-lo (fato 02).*

*Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, o paciente teria dado início ao ato de matar a policial militar Mônica Machado Souza, visando assegurar a impunidade nos crimes anteriormente descritos. Tendo o veículo tripulado pelo paciente sido paralisado quando colidiu com a viatura, o paciente teria descido do veículo e investido contra a referida policial, imobilizando-a pelo pescoço através de uma gravata e, com socos em seu ouvido, iniciou o ato de pegar sua arma para disparar contra a mesma e contra a guarnição, não tendo o crime se consumado por motivo alheio à vontade do agente, pois a policial Mônica logrou desvenciar-se e efetuar um disparo contra o paciente, paralisando-o (fato 3).*

*Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, o paciente deteriorou as viaturas 11546 e 11348, propriedades da Brigada Militar foi Estado do Rio Grande do Sul (fato 04), Tratam-se, assim, de delitos graves, sendo sua prisão preventiva decretada por decisão que restou suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública.*

*Evidenciado o periculum libertatis do paciente, pois além de descumprir as medidas protetivas que lhe foram impostas em face de violência doméstica, invadindo a residência desta, desobedeceu ordem de parada emanada pelos policiais militares que atenderam a ocorrência,*

*jogando seu veículo contra a viatura em cujo interior estavam os policiais e, não satisfeito, tentou matar uma policial militar feminina, investindo contra a mesma aplicando-lhe uma "gravata", tentando pegar sua arma para matá-la, somente não consumando seu desiderato pelo fato desta conseguir se desvencilhar e efetuar um disparo contra o paciente.*

*A prisão preventiva é medida extrema, mas que é possível desde que resultante de ordem escrita e fundamentada de Juiz Competente. Aliás, o art. 5º, inciso LIX, da Constituição Federal, não faz qualquer restrição à oportunidade processual da medida, que pode ter um caráter cautelar assecuratório ou de antecipação de tutela.*

*A decisão reveste-se, assim, dos requisitos legais essenciais à espécie, estando baseada em dados concretos constantes dos autos e dando a noção exata ao paciente das razões pelas quais teve decretada a sua prisão preventiva.*

*Em que pese a primariedade do paciente, este possui movimentada certidão de antecedentes judiciais por violência doméstica e lesões corporais, alguns processos com extinção da punibilidade, outros pela decadência ou perempção ou renúncia ou perdão do queixoso, não se tratando os acontecimentos descritos na denúncia em fato isolado em sua vida.*

*Por fim, em relação à questão envolvendo a saúde do paciente, a prisão domiciliar foi indeferida em face de informação da SUSEPE no sentido de que é viável o tratamento nas dependências do estabelecimento prisional, nada tendo vindo aos autos em sentido contrário.*

*Assim sendo, considerando a gravidade dos delitos descritos na denúncia e a periculosidade concreta do paciente e, por não vislumbrar ilegalidade ou abusividade na decisão que decretou a sua prisão preventiva, a qual restou fundamentada, voto no sentido de denegar a ordem.*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, em caso semelhante esta Corte já decidiu que "o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do

*CPP, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva, ao salientar a (a) gravidade concreta do delito - por ter supostamente ateadado fogo na casa de sua ex-companheira por vingança -; o (b) risco de reiteração delitiva; a (c) maior periculosidade do acusado, com histórico de práticas pretéritas de delitos de violência doméstica contra outra ex-companheira; além do (d) descumprimento, nos autos da ação penal em comento, de medida protetiva de urgência" (HC 512.820/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.*

Em arremate, a reforçar a impossibilidade de concessão da cautela requerida, de uma análise perfunctória do acórdão impugnado verifica-se que almejada antecipação da audiência de instrução não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada, o que revela que a análise do tema diretamente por este Sodalício se daria em indevida supressão de instância.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator